



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – JUSTIÇA DO TRABALHO

3ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ

Avenida Gastão Vidigal, 823, Jd Aeroporto Velho – Maringá-PR

Fone: (44) 3306-5236 e-mail: vdt03mga@trt9.jus.br

EDITAL DE LEILÃO Nº 04/2024

A DOUTORA ANA CRISTINA PATROCÍNIO HOLZMEISTER IRIGOYEN. JUÍZA DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que será realizado, **LEILÃO SOMENTE NA MODALIDADE ON LINE**, no dia 07 de novembro de 2024, junto ao site www.jeileiloes.com.br, pelo Leiloeiro Oficial **JORGE VITORIO ESPOLADOR**, matriculado na Jucepar sob número 13/246-L, **com início de recebimento dos lances a partir da publicação do edital junto ao site do leiloeiro, encerrando-se os lances a partir das 14:00 horas do dia 07 de Novembro de 2024.** **Observação 1:** Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. **Observação 2:** Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeileiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes de oferecer seu lance, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. **Observação 3:** Os lances do(s) bem(ns) penhorados neste processo deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeileiloes.com.br, não sendo permitido lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção na coleta e no registro de lances. **Observação 4:** O(s) bem(ns) penhorado(s) poderá(ão) ser vendido(s) pelo maior lance, desde que não seja inferior a 50% do valor da avaliação. **Observação 5:** Os bens IMÓVEIS poderão ser parcelados com 40% de entrada, e o restante em até 12 parcelas mensais e sucessivas, e os bens MÓVEIS poderão ser parcelados com entrada de 40%, e o restante em até 06 parcelas mensais e sucessivas, sempre corrigidas pelo índice do crédito trabalhista, na forma da Lei, garantido pela penhora incidente sobre o mesmo bem, na forma do Provimento Geral da Corregedoria do TRT da 9ª Região (artigos 281 a 283). **Observação 6:** Fica o leiloeiro supra, ou as pessoas por ele designadas, autorizadas a obter informações sobre ônus/dívida existentes sobre os respectivos bens junto a Prefeituras Municipais, DETRAN, Instituições Financeiras e outros órgãos que se façam necessários, solicitando-se que o atendimento seja feito com a maior brevidade possível. Autoriza-se também, desde já, o acesso e a inspeção sobre os bens penhorados, até mesmo para se averiguar suas condições de conservação, além da produção de material fotográfico, a fim de auxiliar na expropriação. **Os interessados deverão verificar a situação física dos bens junto aos depositários, além de suas descrições nos Autos de Penhora, bem como suas situações jurídicas perante Órgãos Públicos, como Cartórios de Registro de Imóveis, DETRAN, INSS, Prefeitura Municipal e outros, conforme o caso, evitando-se surpresas desagradáveis e tumulto processual.** Será realizado o LEILÃO dos bens penhorados nos processos que se relacionam abaixo:

01 – Autos sob nº 0000569-44.2024.5.09.0661 – Carta Precatória oriunda da 2ª Vara do Trabalho de Osasco, extraída dos autos nº 1000835-80.2018.5.02.0382

EXEQUENTE: AIRTON RIOS SILVA - (CNPJ/MF SOB O Nº 662.317.601-20)

EXECUTADOS: MASSA FALIDA DE TM SOLUTIONS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA– (CNPJ/MF SOB Nº 67.726.505/0001-09) e ANTONIO CANDIDO DA SILVA – (CNPJ/MF SOB Nº 151.754.649-49)

QUALIFICAÇÃO DO(S) BEM(S): "Data de terras sob nº 20 (vinte), remanescente, com a área de 2.424,50 metros quadrados, situada no Jardim Alvorada, nesta cidade, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: "Divide-se: Ao Oeste com a chácara 19 numa distância de 96,97 metros; ao Norte com a parte da chácara 1-16 numa distância de 25,00 metros; ao leste com a chácara 21 numa distância de 96,99 metros: finalmente ao Sul com a Rua Acopiara numa distância de 25,00 metros" Matrícula nº 59.466 do Cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá. O imóvel está vazio e se trata de um terreno baldio + no local, sem moradores ou construção. Avaliação efetuada mediante consultas a profissionais da área e método comparativo."

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: Rua Acopiara, número 129, Jardim Alvorada, Maringá-PR.

DATA DA PENHORA: 01 de abril de 2024, id af782ad.

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme auto de avaliação do ID od15b8f, realizada em data de 07 de maio de 2024.

ÔNUS: Avo6/59.466 – Prot. 304.867 – Processo Administrativo na Prefeitura de Maringá, autos nº 43257/2012; Av09/59.466 – Prot. 349.441 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0001279-22.2016.5.10.0013 junto a 9ª Vara do Trabalho de Brasília; Av10/59.466 – Prot. 350.621 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1002004-85.2017.5.02.0205 junto a 5ª Vara do Trabalho de Barueri; Av11/59.466 – Prot. 359.098 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000558-64.2012.5.02.0003 junto a 3ª Vara do Trabalho de São Paulo; Av12/59.466 – Prot. 380.184 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1000835-80.2018.5.02.0382 junto a 2ª Vara do Trabalho de Osasco; Av13/59.466 – Prot. 384.583 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0001192-10.2017.5.06.0412 junto a 2ª Vara do Trabalho de Petrolina; Av14/59.466 – Prot. 386.975 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1000750-77.2017.5.02.0205 junto a 5ª Vara do Trabalho de Barueri; Av15/59.466 – Prot. 397.995 – Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 1001065-71.2018.5.02.0205 junto a 5ª Vara do Trabalho de Barueri; R16/59.466 – Prenot. 398.093 - Penhora de Bens, referente aos autos nº 1000835-80.2018.5.02.0382, credor Airton Rios da Silva, junto a 2ª Vara do Trabalho de Osasco, conforme matrícula. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária, após a expedição do respectivo Edital de Leilão.

DEPOSITÁRIO: ANTONIO CANDIDO DA SILVA.

CONDIÇÕES e REGRAS GERAIS DO LEILÃO, deste Edital: Quem pretender arrematar os bens acima descritos deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Os interessados deverão verificar a situação física dos bens junto aos depositários, além de suas descrições nos Autos de Penhora, bem como suas situações jurídicas perante Órgãos Públicos, como Cartórios de Registro de Imóveis, DETRAN, INSS, Prefeitura Municipal e outros, conforme o caso, evitando-se surpresas desagradáveis e tumulto processual.

O(s) bem(ns) penhorado(s) poderá(ão) ser vendido(s) pelo maior lance, desde que não seja inferior a 50% do valor da avaliação.

Os bens IMÓVEIS poderão ser parcelados com 40% de entrada, e o restante em até 12 parcelas mensais e sucessivas, e os bens MÓVEIS poderão ser parcelados com entrada de 40%, e o restante em até 06 parcelas mensais e sucessivas, sempre corrigidas pelo índice do crédito trabalhista, na forma da Lei, garantido pela penhora incidente sobre o mesmo bem, na forma do Provimento Geral da Corregedoria do TRT da 9ª Região (artigos 281 a 283).

Os honorários do leiloeiro e despesas respectivas serão suportados pelo arrematante/adjudicante.

A comissão do Leiloeiro será paga pelo arrematante/adjudicante no percentual de 5% do valor da arrematação/adjudicação.

Intimem-se as partes. Caso o exequente, a executada ou terceiros não sejam encontrados ou cientificados por qualquer motivo, quando da expedição das respectivas notificações, valerá o Edital como notificação de Praça e Leilão, o qual será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, afixado em local próprio desta Vara do Trabalho e divulgado pelo leiloeiro.

A pedido do leiloeiro, ou mesmo de ofício, os bens constrictos poderão ser removidos para facilitar a realização do ato, hipótese em que o Leiloeiro assumirá o ônus de ser depositário do bem.

Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação/adjudicação e baixa das averbações de penhoras junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Na hipótese de se tratar de penhora de bem imóvel indivisível, também deve ser observada a regra do artigo 843 e parágrafos (1º e 2º) do CPC.

Eventuais medidas processuais deverão ser protocoladas até o dia **05 de novembro de 2024**, sob pena de não serem apreciadas antes do encerramento da hasta pública.

Faculta-se, nos termos da lei, ao credor, arrematar em iguais condições com os demais licitantes.

Sendo negativa a hasta, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a venda direta, pelo prazo de **1 (um) mês**, pela melhor oferta, com valor mínimo de 50% do valor da avaliação.

Maringá, 10 de outubro de 2024, Edital digitado por Jorge Vitorio Espolador, leiloeiro, e conferido por Reginaldo Climas Pereira, Diretor de Secretaria.

ANA CRISTINA PATROCÍNIO HOLZMEISTER IRIGOYEN

JUÍZA DO TRABALHO